ELO ASSOCIATIVO

CPCCRD • PT

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
Fundada em 31 de Maio de 1924

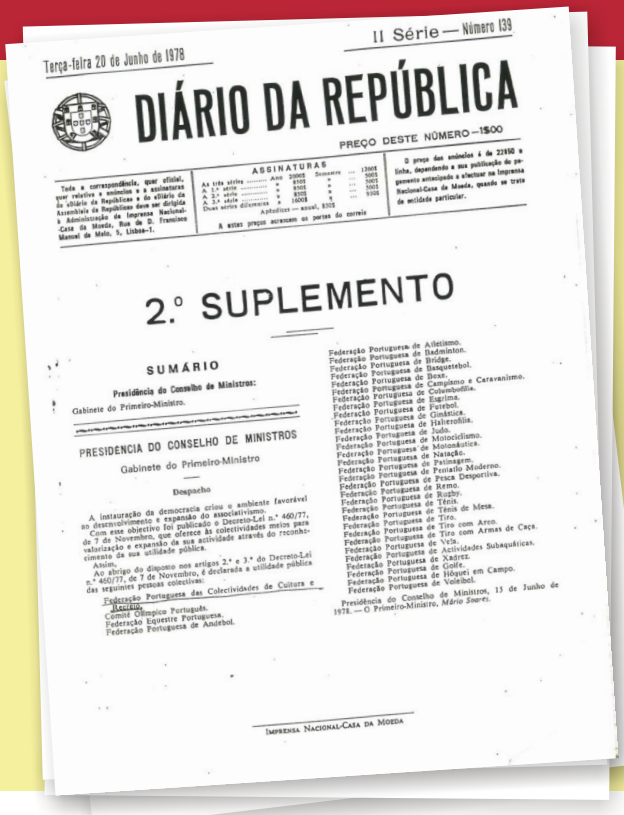
N.º 51
SET/DEZ 2018

CPCCRD - 40 ANOS COM O ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA!

O Diário da República (IIª Série - nº 139) publicou a listagem de entidades a quem foi atribuída, pela primeira vez, o Estatuto de Utilidade Pública. Dessa lista consta a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, tendo sido a primeira a receber aquele Estatuto.
Passados 40 anos, não podíamos deixar de assinalar este acontecimento que deve ser visto como o primeiro sinal de reconhecimento e valorização da estrutura nacional do Associativismo Popular Português.
Este reconhecimento foi confirmado e reforçado dado hoje termos assento em todos os órgãos nacionais (CES; CNES; CND).

O Associativismo Popular pode contar com a sua Confederação!

Valeu a pena!



II Série — Número 139

Terça-feira 20 de Junho de 1978

DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 1$00

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros:

Gabinete do Primeiro-Ministro.

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho

A instauração da democracia criou o ambiente favorável ao desenvolvimento e expansão do associativismo.
Com esse objectivo foi publicado o Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, que oferece às colectividades meios para a valorização e expansão da sua actividade através do reconhecimento da sua utilidade pública.
Assim,
Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, é declarada a utilidade pública das seguintes pessoas colectivas:
Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.
Comité Olímpico Português.
Federação Equestre Portuguesa.
Federação Portuguesa de Andebol.
Federação Portuguesa de Atletismo.
Federação Portuguesa de Badminton.
Federação Portuguesa de Bridge.
Federação Portuguesa de Basquetebol.
Federação Portuguesa de Boxe.
Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo.
Federação Portuguesa de Colombofilia.
Federação Portuguesa de Esgrima.
Federação Portuguesa de Futebol.
Federação Portuguesa de Ginástica.
Federação Portuguesa de Halterofilia.
Federação Portuguesa de Judo.
Federação Portuguesa de Motociclismo.
Federação Portuguesa de Motonáutica.
Federação Portuguesa de Natação.
Federação Portuguesa de Patinagem.
Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno.
Federação Portuguesa de Pesca Desportiva.
Federação Portuguesa de Remo.
Federação Portuguesa de Rugby.
Federação Portuguesa de Ténis.
Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.
Federação Portuguesa de Tiro.
Federação Portuguesa de Tiro com Arco.
Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça.
Federação Portuguesa de Vela.
Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas.
Federação Portuguesa de Xadrez.
Federação Portuguesa de Golfe.
Federação Portuguesa de Hóquei em Campo.
Federação Portuguesa de Voleibol.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Junho de 1978. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

CONSELHO NACIONAL DA CPCCRD

8 DE DEZEMBRO DE 2018

pág. 4 a 6

PROCESSO ELEITORAL

30 MARÇO 2019

pág. 7

NESTE NÚMERO PODE LER

- **Apresentação dos Assessores da Direcção** *pág. 8 a 11*
- **Capacitação** *pág. 12 a 14*
- **Prevenção Contra Incêndios no Movimento Associativo** *pág. 18*
- **Direitos e Deveres Estatutários** *pág. 31*

EDITORIAL

Augusto Flor, Dr. | Presidente da Direcção

CINCO MESES DE GRANDE ACTIVIDADE

Com o regresso das férias, retomámos a intensa actividade associativa. As reuniões da Direcção, as reuniões com entidades públicas e privadas, as representações junto das nossas filiadas, a Formação Protocolada com autarquias, a presença em Colóquios, Conferências, Debates um pouco por todo o país, veio confirmar a profunda ligação da nossa Confederação à sociedade portuguesa.

No seguimento do Conselho Nacional de 30 de Junho, iniciámos o Processo Eleitoral, informando do processo e agenda, distribuindo o Questionário e fazendo auscultação presencial com os colegas dos órgãos sociais e Estruturas Descentralizadas. Assim, cumpre-se os Estatutos, reforça-se a Democracia e a Participação Associativa.

Continuámos o processo da Capacitação/POISE, envolvendo os colegas eleitos da Confederação e das Estruturas Descentralizadas no registo, inscrição e participação de actividades das quais se destaca o Curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa em colaboração com a Universidade Lusófona. Foram instalados e abertos ao associativismo os Gabinetes Norte (Ermesinde), Central (Lisboa) e Sul (Beja), apoiando dirigentes e filiadas. Desenvolveram-se contactos internacionais de ligação à diáspora e iniciaram-se novos projectos nesta área.

Lançámos a Campanha de Salvaguarda dos Arquivos Associativos e coorganizámos o 1º Encontro Nacional sobre esta matéria em colaboração com a DGLAB/Torre do Tombo e Câmara da Cascais.

Apresentámos propostas fundamentadas ao Governo e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República em tempo útil e de forma a serem incluídas no OE.2019. Nesta matéria, fomos acompanhados pelo Conselho Nacional do Associativismo Popular que reuniu regularmente por nossa iniciativa.

Participámos na discussão e emissão de parecer da Proposta de Orçamento de Estado para 2019, na qualidade de membros do Conselho Económico e Social, tendo apresentado 4 propostas (apoiadas pelos restantes parceiros sociais) pela primeira vez na história do nosso movimento.

Participámos na eleição dos órgãos sociais da Confederação Portuguesa de Economia Social onde desempenhamos o cargo de Presidente do Conselho Fiscal.

Realizámos um Conselho Nacional (Extraordinário) em Dezembro, onde foram debatidas as questões mais relevantes para a actualidade e o curto prazo da nossa Confederação e do nosso movimento. Assim, prestamos contas e aferimos se estamos no caminho certo.

Não estamos satisfeitos, nem desiludidos nem cansados. Estamos disponíveis e confiantes para continuar com todas as nossas forças e o nosso saber, darmos ao nosso movimento e à nossa Confederação o melhor futuro.

É esse o nosso compromisso!

Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

NO DEALBAR DE UM NOVO MANDATO

O êxito de qualquer tarefa ou projeto passa por uma cuidada preparação. Por essa razão, tem todo o sentido o cronograma elaborado pela direção da Confederação elencando todas as etapas, desde o início do processo preparatório até ao congresso onde serão discutidas e votadas as estratégias que presidirão aos destinos do movimento associativo no próximo mandato.

Se as ideias são fundamentais para o êxito da vida associativa, importa considerar que é necessário escolher as pessoas certas para corporizarem os princípios orientadores da nossa atividade.

Assim sendo, deve haver escolhas criteriosas das pessoas para os diferentes lugares que integrarão os diferentes de todos os órgãos sociais. Bem sei que é saudável e desejável que haja militantes de todo o país, desde o interior ao litoral, desde o continente às regiões autónomas, mas importa garantir que participem nas funções para que forem eleitos, pois, e custa-me dizê-lo, há eleitos para o conselho nacional que não participaram em nenhuma reunião, não tendo sequer assinado o auto de posse.

Aconselho a quem for convidado ou a quem se disponibilize para qualquer lugar, que assuma conscientemente o lugar, comprometendo-se em exercer em pleno as suas funções. O movimento associativo dispensa bem pessoas que apenas "dão o seu nome" para as listas, cessando aí o seu "trabalho". A vida associativa não pode atingir os seus objetivos com tais comportamentos.

Vamos escolher bem para fazermos melhor!

Rosa Baptista, Profª.
Presidente do Conselho Fiscal

A TEMPESTADE LESLIE INVADIU O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Há um ano foram os incêndios.

Este ano, a passagem do furacão Leslie pela zona da Figueira da Foz, no dia 13 de Outubro, fenómeno inédito no nosso país, deixou atrás de si um rasto de destruição de que só com o amanhecer de domingo foi possível conhecer a dimensão. Queda de árvores e estruturas, carros derrubados, destruição de esplanadas e montras de espaços comerciais, casas que deixaram de o ser, além da invasão das avenidas junto ao mar por areia causaram o pânico na cidade da Figueira da Foz.

O património associativo figueirense, não escapou à fúria desta tempestade e os estragos foram imensos, telhados que voaram, muros que ruíram, destruição e mais destruição, deixaram muitos dirigentes em estado de alvoroço e de desalento.

Prejuízos avultados...

Momentos de angústia vividos pelo elevado grau de destruição de património material e imaterial. O que levou vidas a construir, num ápice se desmoronou.

Será necessária muita força para reerguer.

Mas é nestes momentos de desalento que percebemos ainda mais a força dos amigos e o apoio daqueles que falam a mesma linguagem associativa e sentem com o coração.

A união faz a força e os companheiros destas lutas associativas não vão deixar que nenhuma associação da Figueira da Foz deixe de se recompor.

Que todas as associações que sofreram com a tempestade se consigam reerguer.

Juntos somos muito mais fortes!! Juntos somos enormes!!

CONSELHO NACIONAL DA CPCCRD

Casa da Cultura - Teatro Stephens da Marinha Grande

8 de Dezembro de 2018

A parte da manhã foi dedicada aos últimos desenvolvimentos em relação à 2ª fase do Projeto de Capacitação, apoiado pelo Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE) e contamos com a presença da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia, Dr.ª Isabel Freitas, e da Professora da Universidade Lusófona, Dr.ª Solange Martinho, responsável pela avaliação e estudo de impacto do Projeto.

Augusto Flor, coordenador do projeto, tomou a palavra sintetizando os objetivos centrais do mesmo e explanou o impacto que já tem no quotidiano da Confederação: "Cada ato é visto como uma forma de capacitação. Tudo o que fazemos hoje começa com um diagnóstico, seguido de um plano de ação e finda com a avaliação de resultados".

Os Dirigentes responsáveis por cada um dos Gabinetes (Norte - Adelino Soares; Central - Jorge Luís Oliveira; Sul - Vítor Carapinha) fizeram uma síntese bastante incentivadora em relação ao trabalho desenvolvido em cada Pólo de Atendimento. Todavia, foi mencionada uma lacuna comum: a falta de proatividade de muitos dirigentes. Os Gabinetes, pela proximidade às Filiadas, estão a desenvolver planos de atividades alinhados em colmatar essa e outras lacunas.

Anabela Lança, gestora do projeto, fez um balanço positivo em relação à execução física das oito atividades contempladas no projeto. E deixou também um pedido: "Estejam connosco que juntos vamos fazer mais e melhor capacitação".

Ana Fernandes, Contabilista Certificada, sintetizou o projeto em números, e sublinhou que o grau de exigência de um projeto destes é imenso para todos, nomeadamente para os dirigentes, alertando para a importância do correto preenchimento dos documentos.

Artur Martins brindou os presentes com um diagnóstico objetivo acerca do futuro do MAP. Parabenizou o trabalho da Direção da Confederação, e pediu reforço na valorização do mesmo. Alertou para a necessidade de uma maior articulação no MAP, de um maior investimento na angariação de novas filiadas, e da necessidade dos dirigentes acreditarem mais na sua importância e capacidade. Deixou como sugestões a criação de um grupo de reflexão sobre o MAP e a dinamização de mais ciclos de palestras e debates.

Vitor Agostinho interveio desafiando os presentes a refletir: "Todos gostam muito do MAP...e no concreto? O que fazem?"; "As Estruturas estão mesmo a ser intermediários ou são mais uma Associação?". Após deixar-nos a pensar sublinhou que "Importa que todos os Órgãos Sociais façam parte efetiva desta conversa e não só os Presidentes".

Clementina Henriques chamou a atenção para o bom trabalho que já se faz, "nem tudo está mal", e frisou que importa maximizar recursos.

Joaquim Escoval frisou a necessidade dos dirigentes deixarem de estar fechados em si e de cooperarem mais. "A conjugação de esforços é imperial!" afirmou.

Augusto Flor termina "Há um problema central de difícil solução: o ser humano! Nós sabemos o que fazer, mas não fazemos."

Foi uma manhã extremamente rica para reflexões futuras e alimentou a necessidade de promovermos mais momentos de encontro de ideias e estratégias de ação.

Um grito de alerta comum:
MAIS UNIÃO! MAIS AÇÃO!

Daniela Paninho
(Técnica de Projeto)

UMA VISÃO A SUL... SOBRE O CONSELHO NACIONAL!

Num Conselho Nacional, com bastante importância como estava previsto e com vários temas para apreciação, discussão e votação, essencialmente no período da tarde, em que foi dado especial destaque ao Congresso Eleitoral e ao Plano de Atividades e Orçamento 2019.

Previa-se uma tarde com muito trabalho!

Tal como esperado após a abertura dos trabalhos, pelo Presidente da Mesa do Congresso, Dr. Barbosa da Costa, iniciou uma tarde de trabalho muito proveitosa...
No capítulo das informações foram dados vários esclarecimentos no que diz respeito a propostas apresentadas pelo Conselho Económico e Social (Órgão do qual a CPCCRD é membro), aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.
Joaquim Escoval, Secretário da Direção Nacional informou que o resultado das votações das propostas na especialidade do Orçamento de Estado 2019 no que se refere ao Movimento Associativo (215C – IRC das Coletividades e 216C - Programa de apoio às bibliotecas das coletividades e salvaguarda do arquivo das associações e coletividades do Movimento Associativo Popular) apresentadas pelo Grupo parlamentar do PCP, foram ambas rejeitadas com votos contra do PS.
O processo eleitoral foi um dos temas mais debatidos neste Conselho, o Presidente da Direção, Dr. Augusto Flor, informou sobre as reuniões realizadas até ao momento nos diferentes Gabinetes (Norte, Centro e Sul), como forma de envolver um maior número de filiados(as). Apelou à divulgação, mobilização e participação por parte de todos(as) os(as) dirigentes, no Congresso Eleitoral a realizar no próximo dia 30 de março de 2019.
No seguimento dos trabalhos, o Presidente da Mesa do Congresso, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração do Regimento para o Conselho Nacional, cuja composição, após aprovação ficou constituído por Vítor Agostinho, Carlos Pólvora e Fernando Vaz.
No ponto do Plano de Atividades e Orçamento, o Presidente da Direção, Dr. Augusto Flor apresentou de uma forma geral os grandes objetivos para 2019.
Posteriormente cada membro da Direção Nacional expôs e esclareceu sobre as áreas a seu cargo.
Durante a discussão deste ponto, foram apresentadas algumas sugestões por parte dos Conselheiros.
A Presidente do Conselho Fiscal, Profª Rosa Baptista, apresentou o parecer favorável deste órgão, salientando o

orçamento apresentado como objetivo e cauteloso, através da sustentabilidade financeira apresentada pela Direção.
Por fim, o Presidente da Mesa do Congresso, Dr. Barbosa da Costa pôs à votação o Relatório de Atividades e Contas que foi aprovado por unanimidade e aclamação pelos Conselheiros Nacionais presentes.
Uma tarde muito produtiva e de muito trabalho, em prol do Movimento Associativo Popular!
No encerramento, o CN foi brindado com a atuação de um artista da Marinha Grande, a interpretar um poema "As Mãos dos Vidreiros" ...momento único! Terminando com os Hinos da Confederação e Nacional.
Para além da cobertura no período da tarde de trabalho, o Gabinete Sul esteve ainda à conversa com... Jorge Oliveira, membro da Direção Nacional e responsável do Gabinete Central.
Foram-lhe colocadas duas questões. A importância deste CN num período muito próximo das eleições para os órgãos sociais e as expectativas para o Movimento Associativo para ano de 2019 com o Projeto da Capacitação.
Em reposta à primeira questão, Jorge refere que relativamente às eleições para os Órgãos Sociais da CPCCRD com a realização do Congresso Eleitoral no próximo mês de março, este Conselho Nacional é importante para acompanhar e mobilizar os dirigentes para todo o processo no seguimento da documentação que será enviada oportunamente para que haja uma boa participação, desde a auscultação, disponibilidades, opiniões para programa e mobilização para o Congresso.
Considerando o atual Plano de Atividades, e, que no próximo ano (vai/irá existir/haver um novo) iniciará um novo mandato 2019/2022, com novos dirigentes, vão continuar a ser assegurados os projetos previstos, mas o Congresso Eleitoral, com certeza vai ter importância para a organização da sua estrutura associativa e o início de uma reflexão a ter sobre a situação.
Com o Projeto da Capacitação, face às grandes responsabilidades e compromissos assumidos enquanto dirigentes, no sentido da CPCCRD poder acompanhar a inquietação sobre os problemas que se colocam ao Movimento Associativo Popular, no seu dia-a-dia, torna-se evidente que este Projeto vai ter de ser uma realidade na capacitação dos seus dirigentes e organizações.
Foi com esta opinião que terminou, mais um CONSELHO NACIONAL, desta vez na Marinha Grande!

Filipe Chora
(Técnico de Projeto)

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2019

Capacitar, Dinamizar, Transformar!

Cumprindo um princípio estatutário, a Direcção, como lhe compete, elaborou e apresentou ao Conselho Nacional a Proposta de Plano de Actividades e Orçamento (PAO) para o ano 2019. O lema fala por si:

"Capacitar" no sentido que cada dirigente deve para além da sua disponibilidade e generosidade, ter as competências necessárias para as responsabilidades que cada cargo implica. "Dinamizar", que se pode traduzir em dar confiança e perspectiva aos Dirigentes e associados para que o associativismo se desenvolva e, por fim, "Transformar" porque o associativismo é um meio de transmitir valores, princípios e práticas sociais que podem mudar para melhor a sociedade em que vivemos.
Trata-se de um PAO de continuidade no que respeita aos projectos que vêm de trás e aponta algumas novidades não obstante ter a preocupação de não condicionar a futura Direcção, saída do acto eleitoral de Março 2019.
O Conselho Nacional reunido a 8 de Dezembro na Marinha Grande, aprovou o PAO por unanimidade e aclamação, que permitirá dar continuidade e reforçar a intervenção associativa e institucional da Confederação.

D

PROCESSO ELEITORAL CPCCRD

Cumprir os Estatutos, Aprofundar a Democracia, Reforçar a Participação!

O mandato 2016/2019 está a chegar ao fim.
A 30 de Março de 2019 teremos eleições para o mandato 2019/2022.

Cumpre aos actuais órgãos sociais preparar o processo eleitoral e apresentar uma Lista e Programa de Acção.
O Conselho Nacional reunido a 30 de Junho aprovou uma Resolução Associativa em que fixou os objectivos e a agenda eleitoral em cumprimento dos Estatutos.
O Presidente da Mesa do Congresso emitiu uma Nota Associativa em que dá conta do processo e estimula a apresentação de candidaturas e de participação no processo eleitoral.
Foi elaborado um Questionário para que todos os que desejem possam dar a sua opinião e assim contribuir para um processo mais transparente, mais democrático e mais participado.

A Confederação tem o dever e o desejo de ser um exemplo para o nosso Movimento Associativo e para a sociedade.
Tudo faremos para que assim seja!

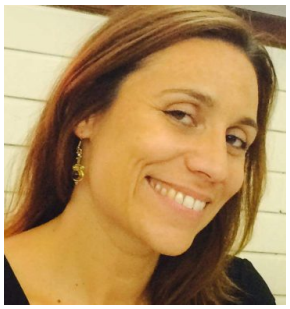
APRESENTAÇÃO DOS 6 ASSESSORES DA DIRECÇÃO

Artur José Simões Martins | Tânia Glória Costa de Sousa | Manuel Custodio de Jesus
João Fialho | António Manuel Cardoso Pombeiro | Deolinda Nunes

Artur José Simões Martins
(Assessor da Direcção)

As principais áreas de interesse: associativismo, economia social e voluntariado.
Enquanto assessor da direcção estou disponível para as mais várias "encomendas" dentro das áreas de interesse.
Em nome da CPCCRD estou envolvido no projecto de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto, fruto de uma parceria entre a Confederação e a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).
Trata-se de uma necessidade objectiva dado que o arquivo bem organizado é um instrumento fundamental na gestão quotidiana. Quando os "papéis" não estão organizados o tempão que os dirigentes perdem à procura de um papel?
Por outro lado, o arquivo organizado guarda as memórias de gerações de associados e dirigentes, constituindo uma ferramenta essencial para a investigação histórica e social de determinada associação e da comunidade em que esta está inserida e à qual pertence.
A própria Confederação tem um importante acervo documental que importa tratar condignamente e colocá-lo com mais eficiência ao serviço da investigação científica sobre o associativismo, pelo que se propõe criar o Centro Nacional de Documentação Associativa.
Exorto todos(as) dirigentes associativo(as) a tomarem nas suas mãos esta importante tarefa. Brevemente o grupo de trabalho irá colocar à V/disposição o Guia de Boas Práticas de Salvaguarda dos Arquivos.

Licenciado em Desenvolvimento Comunitário; Dirigente associativo voluntário e benévolo, desde 1974; Foi dirigente em associações de nível, regional e nacional; Actualmente dirigente associativo de base e assessor da direcção da CPCCRD.



Tânia Glória Costa de Sousa
(Assessora da Direcção)

41 anos, natural de Lisboa, Técnica Administrativa na área financeira da Udifar, Distribuidora Farmacêutica situada na linha de Sintra. Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em Práticas Culturais para Municípios, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dirigente no Grupo Desportivo Udifar, Centro de Cultura e Desporto associado à Udifar e autora de temas relacionados com o Movimento Associativo, publicados no Jornal Comércio do Seixal e Sesimbra.
Integrar a cultura através do Movimento Associativo não é tarefa fácil, o desafio passa por aproveitar de forma organizada as dinâmicas criadas a nível local e concelhio, nomeadamente desenvolvendo acções de formação que permitam uma maior dinâmica nas associações. Para isso é necessário contrariar a massificação da programação televisiva, do uso excessivo dos computadores que levam as crianças e os jovens a descurarem a prática de actividades culturais e desportivas. É importante interligar as experiências das antigas associações com as mais recentes, criando espaços onde pais e filhos possam encontrar as raízes culturais locais em conjunto, promovendo os valores familiares. Renovar as velhas associações, integrar os jovens nas direcções e criar comissões coordenadoras a nível de freguesia e concelho para estimular o consumo das práticas culturais dentro dos municípios.

Manuel Custódio de Jesus
(Assessor da Direcção)

Nasceu em 26/08/938, na Freguesia de Aljustrel, Concelho: Aljustrel, Distrito de Beja.
Escolaridade: a parte de letras do 2º ciclo.
Como associativista e Dirigente Associativo:
Logo em Jovem 1958, Fiz parte da Comissão Cultural do Centro Republicano Aljustrelense
Já como Militar, fiz parte da Comissão Cultural e da Direcção da Cooperativa Piedense, 1968/1970.
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional de Sargentos, 1989/1990.
Delegado do Clube do Sargento da Armada, durante 15 anos e nesta condição, dirigente da Federação (1 mandato) e depois, membro da Direcção da Confederação (1 mandato).
Membro do Conselho Nacional da Confederação em 3 mandatos.

Bibliografia:
Coordenador, do Livro: Associativismo Militar: Direitos e Restrições - ANS;
Participação no Livro: Revolta dos Marinheiros de 1936 de Gisela de Oliveira;
Participação como Coordenador do Livro "CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA - Uma História de Luta e Resistência".

João Fialho
(Assessor da Direcção)

53 anos de idade, nascido em 15/02/1965, iniciou a sua actividade como dirigente associativo em 7 de Fevereiro de 1983 no Clube Recreativo Barroquense, tendo passado pelo Clube Desportivo da Cova da Piedade, Almada Atlético Clube e Associação dos Amigos do Museu Naval de Almada.

O Movimento Associativo, suas Leis e Estruturas
Para que possamos entender melhor a orgânica do movimento associativo, é de vital importância sabermos um pouco da sua história, o porquê do seu aparecimento, a sua importância junto das populações, as suas leis e estruturas de apoio. Para tal aqui ficam algumas indicações para que possam ser exploradas e aprofundadas por todos nós:

História do Movimento Associativo
- Revolução Industrial 1760/1840
- Revolução Liberal 1820
- Reconstrução de Identidade Cultural 1ª Banda Filarmónica 1722 Riba Úl – Oliveira de Azeméis - Aveiro

Estatuto do Dirigente Associativo:
Lei 20/2004 de 5 de Junho

Estruturas de apoio ao Movimento Associativo:
- Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
- Federações Distritais
- Colectividades Elo
- Colectividades/Associações (mais de 30.000 e 45.000 DAVs)
- Confederação Portuguesa do Voluntariado

Estatutos e Regulamentos Gerais Internos:
- Código Civil
- Regras Internas e Externas (Regulamento Geral Interno e Estatutos)

Composição dos Órgãos Sociais
- Principio da separação de poderes :
- Deliberativo (AG e Mesa da AG)
- Executivo (Direcção)
- Fiscalizador (Conselho Fiscal)
- Composição impar
- Obrigatoriedade de ter Presidente, Secretário e Tesoureiro
- Princípio de solidariedade e responsabilidade colectiva (excepções)
- Cargos e funções (são aspectos complementares)

António Manuel Cardoso Pombeiro
(Assessor da Direcção)

CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO DA RAMALHA

Uma experiência que nos deve alertar!

O Clube Desportivo e Recreativo da Ramalha é, ainda hoje, um pequeno clube de "bairro", nascido da iniciativa popular, no início dos anos 60 (completou em julho de 2018, 55 anos de vida) numa uma pequena localidade da freguesia da Cova da Piedade que naquela altura é um território de cariz vincadamente rural que oferece mão-de-obra essencialmente migrante e operária às indústrias corticeiras e naval, instaladas no Concelho de Almada, tendo evoluído para um território urbano com forte presença de população, sobretudo ligada ao setor terciário.

Em 2015, após avaliação conjunta, o Clube decide dar acolhimento a um projeto "desportivo" que lhe havia sido apresentado por um mestre da modalidade de KravMaga e elaboram-se os documentos que constituiriam os dois contratos de cessão de exploração, um para a atividade desportiva que prevê objetivamente a utilização de duas salas, uma localizada no rés-do-chão e outra no 1º andar e ainda um outro contrato para a exploração do bar da Coletividade, vindo ambos a ser assinados em julho daquele ano.

Naqueles contratos a coletividade é identificada como primeiro outorgante e entidade cedente do espaço, nas condições definidas pela "Clausula 1ª" que identifica inequivocamente que este é "dono e legitimo proprietário do edifício sede do CDRR", cedendo, de acordo com o definido na cláusula 5ª os espaços aí devidamente identificados para aqueles fins específicos.

Até setembro de 2017, os contratos decorrem sem registo de qualquer problema significativo entre as partes, contudo, a partir daquela data, começam a ser registados acontecimentos que incluem, entre outros, o desaparecimento de vários objetos (troféus e fotografias históricas expostas no Clube) e artigos (equipamentos desportivos) e diversos materiais (palco de festas e mastros das bandeiras) para além da retirada da placa toponímica que assinalava a sala de convívio dos associados com o nome do sócio fundador "António Matos" a que acresce a sinalização de um discurso daquele individuo que pré-anuncia o fim do Clube da Ramalha e o início de uma outra associação que está a estabelecer-se no nosso edifício e, em Abril/Maio deste ano somos surpreendidos pela mudança das fechaduras das portas externas e internas (com recusa na cedência da chaves aos dirigentes do Clube) e ocupação da sala de reuniões dos Corpos Gerentes, tendo daí desaparecido todo o mobiliário e espólio administrativo onde se encontra registada toda a atividade diretiva e financeira do Clube e ainda o desaparecimento do ficheiro de associados.

A atitude daquele individuo é então justificada pelo próprio (verbalmente e de forma escrita) aos dirigentes do Clube, como resultado de uma reunião ocorrida a 17 de maio com o Vereador com o pelouro do Desporto da Câmara Municipal, tendo sido aí determinado a não cedência das chaves do edifício aos seus dirigentes, até que a Câmara se pronuncie sobre o futuro das instalações do Clube, bem como sobre a permanência daqueles no edifício, alegando aquele individuo que o facto de o edifício-sede estar construído em terrenos que se encontram registados desde 2007, em nome do município, lhe atribuía o direito de ocupação do mesmo com a devida expulsão dos associados e dirigentes do Clube (esta versão, apesar de solicitado pelo Clube, nunca foi desmentida pelo Vereador).

Esta atitude e argumentação foi sempre rebatida pelos dirigentes e associados do Clube e pesar de várias tentativas de acesso ao edifício-sede e particularmente à sala da Direção, sempre devidamente acompanhadas pela autoridade policial e testemunhadas por elementos da União de Juntas de Freguesias e da Associação das Coletividades do Concelho, entre outros, não se conseguiu demover o individuo daquela absurda e ilegítima atitude.

Assim, os dirigentes e associados do Clube recorreram ao Tribunal de Almada e interpuseram providência cautelar, cuja sentença foi executada em 11.12.2018, tendo-se registado a desocupação ilegal do edifício-sede do Clube, com expulsão daquele individuo das instalações da coletividade. Apesar de não podermos considerar esta questão definitivamente encerrada, por decorre agora o processo judicial principal, os dirigentes e associados recuperaram o acesso ás suas instalações, podendo agora reiniciar a sua atividade

Esta decisão judicial esclarece que as Associações e Coletividades não estão à mercê de interesses particulares que aí se possam estabelecer e que enquanto organizações coletivas soberanas são, em primeiríssimo lugar, pertença e património dos seus associados.

Quanto ao registo da titularidade dos terrenos, entregámos requerimento na Câmara Municipal e aguardaremos serenamente os posteriores desenvolvimentos que desejamos e solicitámos que sejam breves.

Partilhar com o movimento associativo esta experiência real, poderá e deverá servir de alerta e constituir motivo para acrescidas precauções com aspetos que muitas vezes não são devidamente valorizados no nosso seio, mas que, nas mãos de pessoas e entidades que não pautem a sua ação por valores universais de boa-fé e honestidade, podem causar prejuízos graves às nossas coletividades.

Data Nascimento: 16.04.1963 (55 anos); funcionário municipal desde 1982; Habilitações Literárias: Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e Mestrado em Gestão do Território. Sócio do Clube Desportivo e Recreativo da Ramalha e dirigente desde 1985, ocupando, ininterruptamente vários cargos diretivos, tendo sido reeleito pela última vez em 11 de agosto de 2018 no cargo de Vice Tesoureiro, cujo mandato terminará em agosto de 2020.

Deolinda Nunes
(Assessora da Direcção)

O MAP na Sociedade e na Economia Social

O Movimento Associativo Popular de Cultura, Recreio e Desporto, é em termos quantitativos a maior "família" do sector da Economia Social(ES). De acordo com a Conta Satélite da ES com dados a 2013, existem mais de 31.000 Coletividades.

Para que estas Coletividades existam, são necessários cerca de 450.000 Dirigentes Associativos Voluntários, homens e mulheres que dedicam parte da sua vida a fazer um trabalho voluntário em prol do "Outro" e da comunidade.

Quando nos apercebemos da grandeza do nosso Movimento, sem dúvida que não podemos ignorar que o papel que desempenhamos é fundamental para o desenvolvimento cultural, social e local das nossas comunidades.

Será que estamos a saber aproveitar o trabalho que fazemos e os recursos que temos, para dar visibilidade e dignificar o nosso Movimento?

Será que não estamos a limitar o nosso trabalho e papel social, tão relevantes, a um espaço muito redutor, a "nossa" coletividade?

Será que estamos a saber passar a mensagem do que é o Associativismo, os seus valores, princípios e o porquê da existência das nossas coletividades, aos nossos associados?

Todas estas e outras questões se me levantam quando no universo do sector da Economia Social o MAP continua a ser visto como o "parente pobre" ou pior, a ser ignorado no seu papel de agente social de mudança, intervenção, integração e de desenvolvimento comunitário e social.

Torna-se imperioso efetuar uma reflexão profunda que é da responsabilidade de todos, dirigentes e associados por forma a colocar o MAP no lugar que lhe é devido, tendo em conta a contribuição que damos à sociedade portuguesa na promoção e acesso ao desporto, à cultura e ao lazer.

Deolinda Nunes, Dirigente Associativa Voluntária e Benévola, é licenciada em Desenvolvimento Comunitário pelo ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida e pós-graduada em Economia Social pelo ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas.

Co-autora do livro "Liderança Comunitária, Um Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos" conjuntamente com mais 4 DAV's, publicação que pretendeu a aproximação a uma definição de liderança comunitária, através de uma investigação - ação com a intervenção direta dos dirigentes associativos voluntários, enquanto líderes nas suas comunidades.

Exerce atualmente os cargos de Presidente da Direção da PRAXISSOCIATIVA – Associação para o Desenvolvimento da Economia Social com sede em Almada, nas instalações da ACCA – Associação de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e de Presidente do Conselho Fiscal do Clube Desportivo e Recreativo Águias Unidas com sede na Quinta do Fanqueiro na Amora, Seixal.

Até ao ano passado, foi Tesoureira da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Amora, onde participou na elaboração e submissão de candidaturas a Projetos e Fundos Comunitários ao abrigo do Programa Portugal 2020.

Assessora da Direção da CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde colabora na estrutura, conceção e elaboração de conteúdos da Revista Análise Associativa.

Formadora e consultora na elaboração e submissão de candidaturas a Projetos e Fundos Estruturais na PRAXISSOCIATIVA em temáticas/módulos diretamente ligados ao Associativismo.

CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL
DAS ORGANIZAÇÕES
DA ECONOMIA SOCIAL
MEMBROS DO CNES 2018/2020

CAPACITAR INTERVIR INCLUIR DESENVOLVER

Estar ou não estar na Plataforma, eis a questão...

Arrisco afirmar que um dos termos que mais se ouve nos corredores da **Confederação Portuguesa das Colectividades** é "Plataforma".

"É preciso registar-se na "Plataforma" para aceder aos conteúdos reservados a filiadas. Já se registou? Já pediu a *password* para aceder? Pois, sem isso nada feito... Assim só vê o que tod@s veem."

"Já deu todos os dados para poder registar-se na "Plataforma"? Tem que preencher todos os dados e assinar a Declaração de Autorização dos Dados Pessoais. Pois, sem isso nada feito... Não pode participar nas atividades."

Ora bem, nós queremos que o tema "Plataforma" continue na ordem do dia da Confederação e na "boca do mundo", para isso, neste número, o tema da "**Operação de Capacitação**" vai ser dedicado à "Plataforma".

Na **Confederação**, quando falamos em Plataforma podemos estar a falar de uma de duas coisas – a **PLATAFORMA MAP** e/ou a **PLATAFORMA do POISE**[1] ou mais corretamente do **BALCÃO 2020.**

A PLATAFORMA MAP – É a Plataforma Digital do **Movimento Associativo Popular**, o sítio online onde se pode aceder aos serviços da **Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto**, 24 sobre 24 horas, todos os dias do ano, onde quer que estejamos. Basta um computador, um telemóvel ou um tablet com ligação à internet para fazermos a conexão.

A PLATAFORMA MAP começou a ser desenvolvida na 1ª Fase do **Projeto de Capacitação**[2] e tem vindo a disponibilizar cada vez mais serviços aos(às) utilizadores(as). Dispõe de uma área de livre acesso, que qualquer pessoa pode utilizar e tem uma área reservada às coletividades filiadas na **CPCCRD**. Para entrar na área reservada, os(as) utilizadores que pertencem a coletividades filiadas têm que solicitar a *password* de acesso através da plataforma. Para isso, basta escrever o endereço de e-mail que a coletividade facultou à **CPCCRD** e, passados uns segundos, recebe nesse e-mail a respetiva *password*. Em caso de dificuldade, basta ligar para o telefone geral da **CPCCRD** (+351 218 882 619) e a situação fica resolvida.

A PLATAFORMA DO BALCÃO 2020 – É o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento). É aqui que se encontra a informação sobre os financiamentos disponíveis e tudo o que precisamos saber sobre a apresentação de candidaturas, bem como **fazer o acompanhamento dos nossos projetos nas diversas fases**. Ou seja, **é aqui que está o nosso PROJETO DE CAPACITAÇÃO e onde inserimos toda a informação acerca do mesmo**. O acesso ao **PROJETO DE CAPACITAÇÃO** é reservado a um grupo restrito de técnicos(as) e dirigentes da **CPCCRD**.

Ora, inserir toda a informação relativa ao projeto passa por registar os dados de tod@s @s que nele participam, dirigentes da **CPCCRD** e das estruturas. Só depois de completado o registo é que se pode participar no projeto. Atendendo a que para o registo são solicitados dados pessoais, cumprindo o novo **RGPD**[3], juntamente com a lista de dados necessários para o registo, a **CPCCRD** solicita, também, o preenchimento e a assinatura da Declaração de Autorização da Utilização de Dados Pessoais. Atenção, os dados necessários para o registo no **Balcão 2020** são os dados pessoais dos(as) dirigentes e não os dados da(s) coletividades a que pertencem. Esta é uma das questões que mais têm sido colocadas acerca deste processo.

E agora do que está à espera para se registar na Plataforma?

- Se está a pensar na **PLATAFORMA MAP** basta ir a www.cpccrd.pt e pedir a *password* de acesso.
- **Se quiser participar nas atividades da OPERAÇÃO DE CAPACITAÇÃO, faça como já quase 200 dirigentes fizeram, envie um e-mail para geral@cpccrd.pt ou ligue +351 218 882 916.**

Siga a **OPERAÇÃO DE CAPACITAÇÃO** através da nossa página do Facebook: https://www.facebook.com/capacitar.cpccrd

[1] POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego da Portugal 2020.

[2] Projeto de Capacitação – Operação POISE Nº 288, financiamento destinado às 8 entidades do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), órgão consultivo do Governo para a Economia Social. Esta Operação foi dividida em 3 fases, 2015-2017; 2018-2020 2 2021-2022.

[3] Regulamento Geral de Proteção de Dados.

GABINETE NORTE

Em junho, o Gabinete Norte, inicialmente sediado na cidade do Porto, mudou-se para Ermesinde. Tendo em conta a dificuldade em encontrar um outro espaço numa zona mais central da cidade, Adelino Soares, dirigente responsável pela equipa local, explica a decisão pela facilidade de acesso (estamos sediados mesmo em frente à estação de comboios de Ermesinde) e de estacionamento para toda a região Norte.

A implementação deste gabinete, assim como dois outros dois polos de atendimento (Lisboa e Beja), faz parte da Operação de Capacitação para as entidades do CNES – Conselho da Economia Social (órgão consultivo do governo) de que a CPCCRD é membro.

O trabalho no Gabinete Norte tem como objetivo principal apoiar e reforçar o movimento associativo na região Norte, nomeadamente no que refere à capacitação dos seus dirigentes. Para tal, estão previstas ações de formação, sensibilização e informação a desenvolver nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

CARLA PEREIRA

DANIELA PANINHO

Em paralelo, o Gabinete Norte acarreta diversas funções:

- Atendimento personalizado e próximo de acordo com as necessidades das Filiadas e não Filiadas da região Norte;
- Incremento de parcerias com entidades locais dos mais variados sectores;
- Fomento do uso de novas ferramentas de trabalho em rede, como é o caso da Plataforma tecnológica criada para servir o Movimento Associativo Popular (Plataforma MAP);
- Divulgação de oportunidades de financiamento, nomeadamente no que toca a iniciativas do Portugal 2020;
- Incremento da visibilidade da CPCCRD assim como das suas Filiadas e Estruturas.

Para dinamizar o extenso e exigente cronograma de atividades, contamos com o apoio de uma Comissão Permanente (equipa composta por 9 dirigentes da região Norte), de uma Técnica de Projeto (Daniela Paninho), de uma Técnica Administrativa (Carla Pereira), assim como com uma Gestora de Projeto (Anabela Lança) alocada no Gabinete Central.

Gabinete Norte
Rua Rodrigues de Freitas, n.º 1559 - 2.º traseiras
4445-522 Ermesinde

Telefone: 22 316 2303

Horário:
2.ª a 6.ª Feira 10h às 18h

GABINETE CENTRAL

Está a decorrer até Novembro de 2020 a 2ª Fase do Projecto de Capacitação com o objectivo de capacitar os dirigentes associativos dos órgãos sociais da CPCCRD e das suas estruturas descentralizadas, estando a funcionar na sede o Gabinete Central que envolve os **Distritos de Castelo Branco, Santarém, Leiria, Lisboa e Setúbal.**

Com o intuito de melhor organizar e acompanhar, reuniram os dirigentes destas zonas no dia 27 de Setembro em Lisboa, tendo havido uma maior identificação ao projecto, fazendo-se o ponto da situação dos dirigentes já registados na plataforma e constituída a **Comissão Permanente** com os seguintes elementos representando as estruturas descentralizadas:

CPCCRD – Jorge Luis; FCCRD Lisboa – Gustavo Esteves; FCCRD Santarém – Augusto Figueiredo; FCCRD Setúbal – Carlos Branco; ACAMG (Marinha Grande) – Carlos Franco; UCATN (Torres Novas) – Carlos Rodrigues; ACCA (Almada) – Jorge Rocha; ACCB (Barreiro) – Daniel Ventura; ACCL (Lisboa) – Albano Ginja; ACCL (Loures) – Fernando Vaz; ACCS (Seixal) – Helder Rosa e Assoc. Elo – C.R.Delgadense) – Daniel Azevedo.

Para qualquer esclarecimento, poderão contactar os elementos da Comissão Permanente, sede da Confederação ou através do email: projetos@cpccrd.pt.

GABINETE SUL

JÁ ESTÁ EM FUNCIONAMENTO O GABINETE SUL DO PROJECTO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL MEMBROS DO CNES.

Na prossecução da sua estratégia de proximidade, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto abriu em Beja no dia 4 de Novembro um Gabinete com Polo de Atendimento à Economia Social.

Presidiu à cerimónia de inauguração das instalações o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, acompanhado da vice-presidente do IPDJ, Director Regional do IPDJ no Alentejo, autarcas do município e de freguesias, entre outras entidades. A CPCCRD esteve representada por Victor Carapinha, membro da Direcção da Confederação e coordenador do GPA-Sul, bem como outros dirigentes e respectivo técnico.

Este gabinete, instalado na "Casa das Associações" e fazendo parte do edifício da Direcção Regional do Alentejo do IPDJ, Serviços Desconcentrados de Beja, na Rua Professor Janeiro Acabado, está disponível para atendimento a todas as colectividades filiadas e não filiadas, tendo como objectivos apoiar e reforçar o movimento associativo, nomeadamente no que se refere à capacitação dos seus dirigentes na Região Sul.

Estes objectivos, importantes e necessários para todos os dirigentes que de forma voluntária e benévola dirigem as suas colectividades, contribuem assim para o desenvolvimento social das suas comunidades, estando previstas acções de formação, sensibilização e informação, a desenvolver nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

O Gabinete Sul vem assim a juntar-se aos dois polos de atendimento existentes, um em Lisboa e outro em Ermesinde para servir a Região Norte.

O extenso programa de actividades agendadas até Novembro de 2020 exigem de todos nós, dirigentes e técnicos, um esforço de dinamização e participação, começando por fazer aumentar o número de dirigentes envolvidos e registados.

gabinete.sul.cpccrd@gmail.com

ENCONTRO PELA PAZ

Na recente assembleia geral da ONU António Guterres afirmou que o mundo está a caminho do caos.

É bom que tenha constatado tal facto que, sendo verdade, não é contudo desconhecido de todos nós.
Todos sabemos no Inferno em que Israel insiste em mergulhar o povo mártir da Palestina, assim como todos sabemos o estado a que condenaram a Síria, as situações de guerra que se vivem na república centro africana ou república do congo. A tentativa de dizimar povos minoritários como a etnia yazidi na Síria ou os rowinga na Tailândia também não nos são, infelizmente estranhas.
Na construção deste caos podemos encontrar desde os mais básicos senhores da guerra até prémios Nobel da Paz passando obviamente por lideres de superpotências e por organizações interestaduais como a EU ou blocos militares como a NATO que ao longo do tempo foram adotando comportamentos muitas vezes antagónicos conforme os seus interesses do momento mas sempre e sempre subjugados ao interesse de perpetuar o poder das atuais classes dominantes e do sistema capitalista e imperialista que tem sido capazes de criar e manter.
Não deixamos todos nós de observar a diferença de comportamento que NATO teve quando do conflito nos Balcãs e aquele que adotou com a Ucrânia e aquele a que ainda hoje sustenta com a guerra na Síria.
Não deixamos de dever registar quem fornece a Arábia Saudita de armamento que depois é utilizado para dizimar o povo faminto do IEMEM numa guerra que para nós surge como quase inexplicável face á enorme discrepância das forças envolvidas.
O mundo caminha para o caos e os seus responsáveis estão bem identificados e deverão ser responsabilizados pela população mundial pelos danos que causam às populações e ao próprio planeta tão violentado com todas as ações militares ou militaristas que nele proliferam.
Num mundo assim com condições de vida tão difíceis de suportar não será de estranhar minimamente que quem pode tente escapar na dura tentativa de procurar viver uma vida menos sofrida. Inimagináveis feitos por milhares e milhares para conseguir escapar ao iní que durante nos lhes exploraram os recursos naturais dos seus países sejam eles o petróleo, as madeiras preciosas, os diamantes, etc. etc.
Os que não ficam engolidos pelas águas não raras vezes do mediterrâneo vitimas da exploração sem escrúpulos de autênticos traficantes de carne humana entre os quais não faltam o ódio o racismo o preconceito e a barreiras de arame farpado que lhes vedam o transito e o acesso a vários países que se dizem democráticos numa europa democrática.
E nós simples cidadãos tantas vezes com familiares e descendentes que em décadas passadas passaram por sacríficos idênticos ao emigrar para ajudar a desenvolver esses países ditos mais desenvolvidos que fazemos?
Comungamos desses ideais xenófobos, racistas e isolacionistas que proliferam atualmente por alguns países alimentando os piores instintos da extrema-direita?
Ou pelo contrário somos solidários com estas pessoas e tentamos ser tão úteis quanto possíveis para lhes melhorar o atroz sofrimento que todos transportam?
Em vez de os ostracizar utilizamos com eles um clima de diálogo e de inclusão que os faça esquecer os horrores da guerra e do seu nefasto rol de terríveis consequências.
Obviamente que não esquecemos que o povo português não poderá ser marginalizado nem secundarizado mas estamos certos que no desejável processo de diálogo e de construção não haverá razões para tais temores.
O movimento sindical português já há muito que encontrou resposta para estes receios nomeadamente quando incluiu em muitas das contratações coletivas a cláusula de que não existir diferenças salariais e laborais entre aqueles que executam um mesmo trabalho.

Também a solidariedade do movimento associativo se deve manifestar ativamente proporcionando a todos a mesma possibilidade de prática de cultura recreio e desporto. Poderemos então beneficiar de alguns fatores nomeadamente a fixação de população do aumento da densidade demográfica e de populações embora de origens e experiências diversas mas com bons índices culturais e desportivos. Todos de uma forma solidária e dialogante seremos capazes de construir um mundo pacífico onde todos nos sintamos mais felizes. Temos de ser capazes!

VAMOS ABRIR AS PORTAS À PAZ

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, tem vindo a desenvolver um plano de sensibilização e mobilização dos Dirigentes Associativos com vista a uma maior intervenção em várias áreas da sociedade, nomeadamente na defesa da Paz.
Sendo uma instituição quase centenária, tem representação em todo o território nacional e no estrangeiro, é reconhecida por todos como a legítima representante do Movimento Associativo Popular de Cultura, Recreio e Desporto.
A Paz tem merecido de tal forma a atenção desta Confederação que foi instituído nos Estatutos da Confederação em 2003:
Artigo 2º ; alínea f) - Promover acções pela Paz entre o Povos;

Entre 2003 e 2015 foram muitas as iniciativas em que a Confederação participou em conjunto com o CPPC tendo sido assinado um Protocolo de Cooperação institucional entre as duas instituições em 28 de Março de 2015 em Esgueira - Aveiro.
Foram igualmente destacados dois dirigentes nacionais para acompanhar com regularidade esta frente. Tem tido tratamento específico nos Planos de Actividades Relatórios de Actividade de cada ano.
Demos conta da nossa actividade em conjunto com o CPPC em vários números do Elo Associativo - órgão informativo da Confederação - que sai com regularidade e que é distribuído digitalmente por todo o país e estrangeiro.
Na reunião da Direcção da Confederação de 8 de Janeiro de 2018, foi tomada a decisão de solicitarmos a qualidade de aderente colectivo do CPPC, tendo-nos sido concedido esse estatuto com o nº 1769. Foi assim formalmente institucionalizada a relação entre as nossas duas entidades abrindo caminho a uma cooperação que possa abranger todas as colectividades, associações ou clubes que o desejem.
De então pra cá, mantendo a sua independência e opinião próprias, a Confederação tem apoiado e subscrito todas as posições assumidas pelo CPPC, sempre em prol da defesa da Paz seja na Europa, ou qualquer outro lugar onde a Paz esteja em causa.
Fazemo-lo porque entendemos que só em Paz é possível um verdadeiro desenvolvimento humano, onde a cultura, o recreio e o desporto podem contribuir de forma decisiva para a felicidade de cada ser humano.

Ao nos associarmos à realização deste Encontro Nacional da Paz, reflectimos sobre os passos a dar no presente para reforçar esta frente no futuro do Movimento Associativo. Assim, foi deliberado em reunião da Direcção Nacional de 15 Outubro de 2018:

1. Saudar o Encontro da Paz - na defesa da Paz todos não somos demais, bem como todos os seus participantes individuais e colectivos;
2. Manifestar a nossa solidariedade a todos os povos e movimentos que por todo Mundo lutam pela Paz, pela justiça social e pelo fim da exploração dos recursos materiais;
3. Manifestar o nosso empenho na defesa da Paz junto de todo o Movimento Associativo Popular de cultura, recreio e desporto através de uma Campanha que e designará por "Vamos abrir as portas à Paz!", e que terá três eixos:
   Eixo um: Divulgação das iniciativas do CPPC por todo o MAP com indicação de www.cppc.pt para maior rapidez de comunicação e disponibilização de uma página do Elo Associativo dedicado a notas sobre a Paz e as iniciativas do CPPC;
   Eixo dois: Criação da figura do "Embaixador Associativo para a Paz", de forma a que cada Colectividade aderente possa indicar uma pessoa a quem competirá ser o interlocutor privilegiado das noticias e iniciativas de Paz no nosso país ou na sua região;
   Eixo três: Recomendação para que cada Colectividade possa nos seus Planos de Actividades anuais, incluir pelo menos uma iniciativa dedicada à Paz, sendo a mesma comunicada à Confederação e ao CPPC, sendo estas entidades apoiantes e copromotoras da mesma.

Porque na defesa da Paz, todos não seremos demais
Vamos abrir as portas à Paz!

Lisboa, 15 Outubro 2018
A Direcção Nacional da CPCCRD

Manuel Custodio de Jesus

Interveção no Encontro pela Paz

Caras(os) amigas(os)
Trago-vos uma intervenção bastante curta. Pois como me diz um amigo, uma intervenção curta tem, pelo menos, duas vantagens:
Diminui o risco de se dizer asneiras e; cria espaço para a intervenção de outros interessados.

Dito isto vai o que importa dizer e aqui me trouxe.
Amigos, ao olharmos o Mundo, só por irresponsabilidade não nos inquietamos. É inegável a intensificação da ofensiva imperialista em diversos planos e por diversas formas, tal como é inegável o reforço dos orçamentos para mais e melhores armas, mais e melhores plataformas para a guerra.
Mas não se trata só dessa dinâmica, trata-se também de tecer novas teias que enredam países nos objectivos das potencias dominantes. Claro que enredam os países cujos governos aceitam deixar-se enredar. É o caso português com a participação na Cooperação Estruturada Permanente no quadro do processo de militarização e federalização da União Europeia. Tal como é o caso português ao assumir atingir os 2% do PIB em despesas militares, como impõe os EUA/NATO.
Os analistas, investigadores e especialistas que estudam e tratam desta questão, a guerra, há muito que chamam a atenção, que hoje, no estado actual dos armamentos existentes, nem o vencedor de uma guerra atómica, escapará. Então, pergunta-se: para que continuar com as volumosas verbas, na preparação dessa guerra?
A vida vem mostrando que quanto mais Portugal se vai envolvendo em participações e missões externas, mais se vai vendo degradar, no plano interno, mais geral, as condições materiais, sociais e profissionais dos militares e das forças armadas.
Chegados aqui importa clarificar que estamos num encontro pela PAZ, contra o militarismo e a guerra e não contra as forças armadas e os militares. E importa afirmar também que a Constituição da República Portuguesa contém os desígnios e os princípios para uma política que conduza o nosso país no rumo da afirmação da independência e soberania; desenvolvimento e progresso social; paz e cooperação.
Amigos, a Paz é necessária e é o que os povos mais precisam, por isso, torna-se necessário mantermo-nos unidos, activos e vigilantes para conquistar e defender, pois como se diz no cartaz promotor deste Encontro pela Paz, todos não seremos demais.
Viva o Movimento pela Paz

A CPCCRD E A NOVA LEI DO ARRENDAMENTO

Não são raras as associações e coletividades que sofreram graves entraves na sua atividade senão mesmo obrigadas ao encerramento ou a deslocarem-se para outras instalações após a entrada em vigor na nova lei do arrendamento urbano.
A CPCCRD foi chamada por duas vezes a pronunciar-se sobre a mesma pela 11.ª Comissão da Assembleia da República tendo de ambas as vezes manifestado a sua opinião de que a mesma deveria ser revogada.
Salientámos aos Srs. Deputados presentes que não fazia sentido algum obrigar coletividades a deslocalizarem-se para locais fora das comunidades donde são originárias, como não faz sentido classificar de interesse municipal as associações tendo como um dos critérios o interesse arquitetónico do edifício já que muitas exercem a sua notáveis atividades desportivas e culturais a partir de sedes situadas em caves ou garagens. O absurdo aumento do valor das rendas pretendido por alguns proprietários também foi bem repudiado pelos representantes da CPCCRD tendo este levado alguns a exemplos de várias zonas do País onde este aproveitamento foi descaradamente aplicado.
Apesar da dificuldade que a Assembleia da República denota em aprovar alterações que melhorem decisivamente a lei ou que a revoguem definitivamente, o que, quanto a nós seria desejável a CPCCRD entende que a maioria atualmente em vigor na Assembleia da República deveria tomar medidas para que fossem efetivamente evitados os graves prejuízos que esta Lei veio de Arrendamento Urbano elaborada por Assunção Cristas causou e causa em particular ao Movimento Associativo Popular.

PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Após o trágico incêndio numa associação em Vila Nova da Rainha, a CPCCRD tomou várias medidas para prevenir que acontecimentos deste género se pudessem repetir nos edifícios associativos.

Conjuntamente com a Autoridade Nacional de Protecção Civil, elaborámos um manual sobre prevenção de incêndios em edifícios associativos que distribuímos por todos as nossas filiadas.

Enviámos esse manual à ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses e à ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias, na esperança de que fizessem a divulgação por todas as associações dos municípios e freguesias de que são responsáveis.

Divulgámos estas acções através dos nossos meios de comunicação, Nota Associativa, Elo Associativo e Plataforma MAP.

Visitámos e reunimos em Vila Nova da Rainha com os dirigentes da colectividade atingida por este infortúnio e com os autarcas da freguesia e do concelho.

Por fim realizámos 4 Plenários Regionais para debate deste tema: Porto, Figueira da Foz, Lisboa e Beja. Estes plenários eram abertos a filiadas e não filiadas e contou com a participação de membros da ANPC que fizeram as apresentações deste tema.

A CPCCRD fez ainda uma exposição ao Sr. Ministro da Administração Interna solicitando que o prazo para entrega das medidas de auto protecção fosse alargado para 180 dias e que as associações que cumprissem este prazo ficassem isentas do pagamento das taxas previstas para este efeito. Ainda não obtivemos resposta a esta nossa pretensão.

Todas estas medidas da CPCCRD foram tomadas dentro dos 90 dias que a Lei estipula para entrega das medidas de auto protecção.

É do nosso conhecimento que algumas Associações e Estruturas da CPCCRD solicitaram apoio às Corporações de Bombeiros das suas áreas e que estas se mostraram incapazes de prestar essa ajuda. O mesmo resultado terá sido obtido quando solicitada a ajuda da Protecção Civil Municipal o que parece querer empurrar as Associações para o recurso a gabinetes privados que cobram valores incomportáveis para a generalidade das Associações e Colectividades.

É com preocupação que constatamos que decorrido todo este tempo ainda não foi possível cumprir a legislação apesar da muito boa vontade da generalidade dos Dirigentes Associativos.

Adequar a Lei à realidade das reais capacidades do MAP ou dotar este das ajudas que lhe permitam cumprir a lei neste campo, enquanto se disponibilizam os serviços municipais, sejam eles de protecção civil ou de arquitectura, parece ser o caminho a trilhar até que os edifícios associativos possam oferecer a segurança que os seus utentes merecem.

Em consequência do que atrás fica exposto a CPCCRD aconselha que as associações dirijam os esclarecimentos ou pedidos de ajuda que sintam necessitar aos seus municípios e aos gabinetes de protecção civil ou à ANPC.

Porque sabemos que este não é um problema exclusivo do Movimento Associativo, perguntamos que medidas estão a ser tomadas no resto do país?

FORMAR E QUALIFICAR PARA MELHOR GERIR

A Confederação continua com o objetivo de alargar a formação dos dirigentes associativos para melhor formados, e qualificados gerirem as suas associações.
Continuamos a cumprir os protocolos com as Autarquias, diversificando e aumentando a nossa oferta formativa, com os seguintes módulos: Segurança contra Incêndio em Edifícios Associativos; Parcerias e Protocolos; Gestão de Projetos; Técnicas de Comunicação; Sustentabilidade Financeira; Contabilidade; Candidaturas e Diagnóstico.
Com estes temas temos a certeza que mais Câmaras têm interesse na nossa formação protocolada. Sugerimos que todos os dirigentes contactem as suas Câmaras e Juntas de Freguesias, para aumentarem os protocolos, dinamizando o conhecimento, entre os dirigentes e os técnicos das autarquias.

A NOSSA PRESENÇA NO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Fazemos a diferença e temos propostas!

A nossa inclusão no Conselho Económico e Social (CES), resulta da lei 34/2003 de 22 de Agosto mas só tomámos posse em 2017. Foram 13 longos anos de luta e de exigência que obrigaram a AR a reconhecer a importância e intervenção do associativismo popular e da nossa Confederação.
Para além do assento no Plenário do CES, fazemos parte das três Comissões Especializadas onde somos chamados a intervir e dar parecer sobre todas as matérias que, pela Constituição da República, são competência do CES. Desde que tomámos posse, participámos em várias reuniões temáticas como é o caso da Demografia e Políticas de Natalidade.
Fomos chamados a pronunciar-nos sobre o Plano Nacional de Reformas; Conta Geral do Estado 2017; Grandes Opções do Plano 2019 e a Proposta de Orçamento de Estado 2019. Estes 4 documentos tinham algo em comum: nenhum deles falava do Associativismo Popular, isto é, das Colectividades de cultura, recreio e desporto e só de forma redutora e cirúrgica falavam de Economia Social.

CES
Conselho Económico e Social
PORTUGAL

Detectámos essa falta e interviemos de forma a sensibilizar, informar e esclarecer os parceiros sociais e desta forma complementar as redacções dos documentos, no que fomos acompanhados pelos parceiros sociais que até ali não tinham tido quem os sensibilizasse e informasse sobre esta importante realidade da nossa sociedade do nosso país.
Os pareceres do CES, sendo obrigatórios, são meras recomendações que, em muitos casos não têm consequências práticas nas políticas públicas. Contudo, o CES fez o seu papel e nós demos o nosso contributo que mais ninguém daria se lá não estivéssemos.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES PRESIDE AO CONSELHO FISCAL DA CPES

(Confederação Portuguesa de Economia Social)

Na presença do Engº Francisco Silva, Coordenador da Comissão Instaladora da CPES em representação da CONFAGRI (até à eleição da CPES) e do Dr. Augusto Flor, Presidente da CPCCRD, a Drª Maria Clementina Morgado Henriques, tomou posse no cargo de Presidente do Conselho Fiscal da CPES.
Para além da presidência do Conselho Fiscal, a nossa Confederação está representada na Assembleia Geral por três Delegados (conforme os Estatutos da CPES) que são: Augusto Flor, Maria João Santos e Vítor Agostinho.

CONGRESSO NACIONAL DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO, REALIZADO EM 31 DE OUTUBRO DE 1993, EM ALMADA, APÓS 25 ANOS DA SUA REALIZAÇÃO O QUE MUDOU?

Há 25 atrás, realizou-se na cidade de Almada, então designada "capital do associativismo, o Congresso Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, sob o Lema "Congresso da Mudança".

Este Congresso, foi promovido e realizado pela então Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio e pela Federação das Coletividades do Distrito do Porto, que estavam de costas voltadas e que a partir daqui, vieram a cooperar entre si, para bem do associativismo português e onde tive a grande honra de participar ativamente na Comissão Organizadora.

Quero destacar desde já a importância que teve a preparação e organização deste Congresso no seio das coletividades em geral e particularmente no distrito do Porto, no estabelecimento de relações associativas, através de dezenas de reuniões com coletividades que foram realizadas em todos os concelhos, e de relações institucionais com outras estruturas e o poder local democrático, que desde logo concedeu todo o apoio logístico e financeiro para a deslocação das coletividades do seu concelho. O trabalho realizado com a preparação e a mobilização para este Congresso permitiu ainda uma cooperação estreita não só no trabalho realizado na altura, como também na aplicação das conclusões entre a Federação Portuguesa das Coletividades e a Federação das Coletividades do Distrito do Porto.

A discussão realizada nas diferentes seções temáticas, as recomendações e as conclusões aprovadas, foram de uma riqueza extraordinária e inovadoras que contribuíram decisivamente para a evolução e dinamização progressiva do associativismo popular português e ainda para uma maior consensualização dos dirigentes no papel e na importância que têm na nossa sociedade.

As conclusões aprovadas e publicadas no livro que foi editado do Congresso e que marcaram definitivamente a história do Movimento Associativo Português, foram assumidas pelas duas estruturas que o realizaram e desde logo postas em prática e hoje praticamente todas cumpridas. **Estas conclusões ainda hoje estão plenamente atuais.**

Pela sua importância, lembramos essas conclusões:

1. O reconhecimento do papel do dirigente associativo voluntário, pelo trabalho que desenvolve na comunidade local. **Foi aprovado a proclamação do Dirigente Associativo.**
2. A Formação para dirigentes, para que estes estejam mais bem preparados para o desempenho das suas funções. **Promoção e organização de ações de formação em todo o país.**
3. **A Declaração do ano de 1994 como ANO NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR**.
4. **A Restruturação Associativa**, como necessidade para o desenvolvimento do associativismo. O Congresso delegou na FPCCR e na FCDP, a realização das iniciativas necessárias para o efeito.
5. **A Promulgação de uma Lei-Quadro para o setor associativo português**.

Se o Congresso de Almada, foi **o Congresso da mudança** e lançou as bases de trabalho para o futuro e a evolução do associativismo popular português, o Congresso das Coletividades da Região Norte, realizado em 9 e 10 de julho de 1993, em Gondomar e o Congresso Nacional das Coletividades, realizado em 6,7 e 8 de abril em Loures, foram os Congressos do futuro, que promoveram e implementaram efetivamente a **concretização** dessas e outras conclusões até hoje registadas**. O Congresso de Loures, foi outra importante viragem no reconhecimento do Associativismo Português, pelas conclusões que foram aprovadas:**

1. Foi proclamada e aprovada a constituição da Confederação Portuguesa das Coletividades, como estrutura coordenadora nacional, bem como das Federações Distritais e das Associações Concelhias.
2. A reclamação e reivindicação de uma Lei-Quadro, Estatuto de Parceiro Social e o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário.
3. A Proclamação do dia 31 de maio, como dia nacional das coletividades.

Estas três principais conclusões foram concretizadas, mas ainda não totalmente realizadas, nomeadamente no que diz respeito à Legislação e à estruturação, que está inacabada. No entanto, o trabalho desenvolvido a partir desse Congresso na base dessas conclusões por todo o país até hoje é grandioso e significativo: Foi constituída a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto; foram construídas por todo o país Federações Distritais e Associações Concelhias; Foi aprovado pela Assembleia da República, o Estatuto de Parceiro Social e a consagração em Lei, do dia 31 de Maio como Dia Nacional das Coletividades, foi aprovado ainda pela AR o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário e benévolo; Foi lançado o plano de formação associativa por todo o país e a realização de dezenas de ações. Hoje a CPCCRD é reconhecida pelos poderes institucionais e participa em diferentes órgãos consultivos do poder central, nomeadamente no CES, no CNES e no CND.

Por isso, o Congresso Nacional das Coletividades, realizado na Cidade de Almada em 1993, foi efetivamente um Congresso de Mudança, que marcou a história do Associativismo em Portugal e promoveu as mudanças necessárias para o seu desenvolvimento, afirmação enquanto Movimento como um

todo até hoje. 25 depois muita coisa mudou, como se pode comprovar na evolução verificada e constatada.
Chegados aqui, pergunta-se. **O que falta fazer?**
As mudanças sociais, económicas, políticas e tecnológicas são constantes e por isso, o associativismo está também inserido nessas transformações e mudanças. Nada está terminado e tudo está em constante movimento. **Falta muito que fazer**.
No contexto atual, interessa analisar e refletir sobre o caminho que foi percorrido até aqui, tendo em conta o trabalho que tem sido desenvolvido, francamente positivo, com dedicação e empenho pelos dirigentes que passaram pela Confederação e pelos dirigentes atuais e fazer um balanço realista da situação atual em termos de futuro, nomeadamente:

1. A contradição aparente entre o reconhecimento da existência da nossa Confederação como parceiro social, pelo Poder Central e a falta de reconhecimento das coletividades/associações da Confederação, tendo em conta que num universo de mais de 30 mil associações, só cerca de 5 mil são federadas. É certo que as Coletividades/Associações existem independentemente das estruturas, existirem ou não. Mas é também verdade que as estruturas, particularmente a Confederação é importante para a defesa dos direitos sociais de todo o movimento associativo. É isso, que temos que demonstrar para ter um maior acolhimento por parte destas.
2. O modelo da estrutura descentralizada (Federações Distritais e Associações Concelhias). **Será que são necessários estes dois tipos de estrutura**?
3. O compromisso. A obrigação das estruturas descentralizadas assumirem as suas responsabilidades perante a Confederação (Pagamento das quotas; participação nos órgãos e as estratégias de trabalho nacional como prioridade aplicar no âmbito de cada uma delas), o que fazer nesta matéria?
4. A forma de participação das estruturas no conselho nacional, em termos de votação.

José Maria Silva

SALVAGUARDA DE ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

Este projecto é muito caro para a Direcção Nacional da CPCCRD já que se trata de preservar a nossa memória histórica através das histórias das Associações dos seus Dirigentes e Filiados e por essa via a das comunidades onde estão inseridos.
A CPCCRD já definiu uma estratégia para este tema assente em três vertentes: tratar dos Arquivos da CPCCRD, tratar dos Arquivos das Associadas Centenárias e tratar dos Arquivos das Associações e Colectividades Filiadas.
A criação da figura de Provedor de Arquivos em cada associação um dirigente ou filiado que seja o elo de ligação entre os a CPCCRD e a Associação para o tema de Arquivos Associativos é outra das prioridades estabelecidas e que se deseja implementar rapidamente.
Paralelamente outras instituições estão a abordar o mesmo tema: arquivos distritais;, arquivos municipais; Direcção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas / Torre do Tombo.
Técnicos destas instituições e dirigentes associativos reuniram-se no passado dia 19 de Outubro em Cascais no 1º Encontro Nacional de Arquivos Associativos e aí discutiram as diversas fases e métodos com que se está a desenvolver o trabalho de tratamento de arquivos associativos.
Considerado por todos os participantes um excelente encontro deseja-se agora que os seus trabalhos possam ter contribuído para incrementar a sensibilização dos Dirigentes Associativos e que por via disso conseguir tratar, arquivar, disponibilizar devidamente os Arquivos das Associações.
Para ajudar neste trabalho está já em vias de conclusão a execução de um manual com as instruções suficientes para que todos possam trabalhar devidamente nesta área e que será amplamente distribuído.

DR. LUÍS FIGUEIREDO QUEIJO
ADVOGADO

1.

P. Na nossa Direcção há um elemento que é Vice-presidente e que por estar em desacordo com outros membros da Direcção quer desistir do cargo.
É possível apresentar a demissão do cargo de Vice-presidente sem apresentar a demissão da Direcção?

R. *Quando das eleições, se os diversos candidatos se propõem para ocupar certo cargo tornam indissociável o seu nome ao cargo a que se propõem uma vez eleitos.*
Caso estejam em desacordo com a actuação da Direcção não mais têm de fazer que não seja pedir a demissão desta e não apenas do cargo que ocupam no seio da mesma.

2.

P. Somos uma Colectividade cujas instalações são arrendadas.
Pretendemos dar à exploração o nosso bar de apoio aos associados.
Podemos celebrar com a pessoa interessada em o explorar um contrato de subarrendamento?

R. *Não. Deverão celebrar com o(a) interessado(a) um contrato de cessão de exploração de estabelecimento comercial por um certo período de tempo (um, dois ou três anos).*
Este tipo de contrato, ao contrário do que acontece um contrato de subarrendamento, não carece de autorização do senhorio.
Contudo devem comunicar ao senhorio que celebraram o contrato e o prazo, pois a Jurisprudência no caso de ser ou não obrigatória esta comunicação, não é totalmente unânime.

3.

P. Os nossos Estatutos dispõem que a Direcção deve ser composta por nove elementos.
Temos a possibilidade de alterar em Assembleia Geral de Sócios o número? Existe algum número mínimo de elementos exigido para formar uma Direcção?

R. Dado que os Estatutos determinam que a Direcção deve ser composta por 9 elementos, este número não pode ser alterado apenas numa Assembleia Geral de sócios.
Devem convocar uma Assembleia Geral de sócios para alteração dos Estatutos e aí propor que seja alterado o artigo onde consta esta previsão por forma a que fique a constar o número que pretendem.
Seguidamente deverão proceder junto do Notário a uma escritura de alteração desta parte dos Estatutos.
Para obstar a que sejam levantados problemas em volta da legitimidade das pessoas que têm poderes para assinar a escritura, deverão na Assembleia Geral nomear pelo menos dois dirigentes para o efeito, registando em acta os respectivos nomes.

ANA FERNANDES
CONTABILISTA CERTIFICADA / CONSULTORA / FORMADORA

O SNC (SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILISTICA) E AS ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

São consideradas Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL):

"As entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas colectivas de tipo associativo".

São dois os regimes contabilísticos aplicáveis a estas entidades, o Regime de Caixa e o Regime de Contabilidade.

Vamos analisar, hoje, o Regime de Caixa.
O Regime de Caixa é aplicável às entidades de pequena dimensão, que não ultrapassem um volume de negócios liquido (VNL).

150.000,00 euros em nenhum dos dois períodos anteriores.

O Volume de Negócios Liquido (VNL) é o montante que resulta do somatório das vendas e da prestação de serviço, após a dedução dos descontos e abatimentos sobre as vendas, do imposto sobre o valor acrescentado e de outros impostos directamente ligados ao volume de negócios.
Nas ESNL os subsídios recebidos, seja qual for a sua natureza, os donativos e outros recebimentos de natureza análoga, não entram no conceito de volume de negócios.

Vejamos o exemplo seguinte:
A entidade X registou no ano n as receitas:

- Quotas	Euros 130.000,00
- Donativos	Euros 20.000,00
- Cedência de espaço	Euros 5.000,00

Total de receitas = Euros 155.000,00 - Volume de Negócios Líquido = Euros 135.000,00.
A entidade X está assim enquadrada no regime de Caixa, se o VNL ultrapassar o valor de Euros 150.000,00 num exercício, terá de passar a ter o Regime de Contabilidade (SNC), mas se a entidade assim o entender pode, sempre, por opção, usar o Regime de Contabilidade.

A apresentação de contas no Regime de Caixa é feita através de 3 mapas:

1 - Mapa de pagamentos e recebimentos
2 - Património Fixo;
3 - Direitos e compromissos futuros

1 - MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS

O mapa é elaborado como se se tratasse de uma folha de caixa podendo usar-se o seguinte modelo:

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
1- Recebimentos atividades	0,00	1 - Funcionamento	0,00
Jóias e quotas		Pessoal	
Atividades		Seguros	
Doações		Rendas	
Subsídios		Água, eletricidade...	
Outros		Representações...	
2 - Recebimentos comerciais	0,00	Material escritório	0,00
3 - Recebimentos de capitais	0,00	2 - Investimentos	0,00
4 - Recebimentos prediais	0,00	3- Outras	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

Saldo do ano anterior	0,00
+Recebimentos	0,00
-Pagamentos	0,00
Saldo para o ano seguinte	0,00

2 - MAPA DE PATRIMÓNIO FIXO

Este mapa deve refletir a listagem e a respectiva valorização (a preço de custo) dos bens que constituem o património físico e imaterial da entidade.

Os bens são registados e permanecem ao preço de aquisição dado que, neste regime, não existe o conceito de depreciação/amortização. Quando os bens são abatidos porque já não estão em condições de serem utilizados deve registar-se a saída mas com sinal –.

DESCRIÇÃO	VALOR
Anos anteriores	
X	
Y	
Z	
Sub-Total	0,00
Ano corrente	
A	
B	
C	
Sub-Total	
TOTAL	**0,00**

3 - MAPA DE DIREITOS E COMPROMISSOS FUTUROS

Para o preenchimento deste mapa são necessárias diversas informações, serve para informar sobre os valores e respectivas naturezas dos direitos e compromissos futuros e deve ser dividido pelos anos previstos para os recebimentos e os pagamentos.

DIREITOS		
Descrição	**Valor**	**Ano previsto recebimento**
Quotas		
Subsídios		
Rendas		
Outros		
TOTAL	**0,00**	
COMPROMISSOS		
Descrição	**Valor**	**Ano previsto recebimento**
Empréstimos		
Associadas		
Fornecedores		
Outros		
TOTAL	**0,00**	

Em suma o Regime de Caixa é muito menos exigente em termos de apresentação de contas, as demonstrações a apresentar são elaboradas num base de caixa (recebimentos e pagamentos), ou seja os gastos só são registados aquando do pagamento e os réditos (rendimentos) só são registados aquando do recebimento.

FILIADA

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

O CSA não caiu do céu nem se gerou a si próprio, foi construído pelos sargentos!

- Procurando disponibilidades! -

Mesmo numa noite fria e chuvosa, véspera de feriado e com greve nos transportes, mas tendo consciência da importância dos objetivos da reunião marcada - procurar encontrar associados com condições para a próxima lista, Biénio 2019/2020 - mais de 2 dezenas de camaradas, disseram presente.

A reunião foi coordenada por Carlos Capela, actual presidente da Mesa da Assembleia Geral do CSA
Depois da análise e discussão feita, conclui-se que bastantes associados já disseram presente, o que deu força e animo a todos os presentes, pois viram que o CSA vai continuar a ter uma equipa determinada e capaz de conduzir o clube no rumo que lhe tem permitido os êxitos obtidos e que o transformou numa grande e respeitada instituição.
A chave, o segredo dos êxitos do CSA, foi a unidade na diversidade dos dirigentes e unidade destes com a massa associativa.
Viva o CSA! "Um Clube Vivo é um Clube Participado"

FILIADA

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE CANELAS

91.º ANIVERSÁRIO

- 07 de Julho de 2018 -

Em meu nome pessoal e de todos os Corpos Gerentes da Associação Recreativa de Canelas, saúdo os nossos convidados que compõem a mesa, agradecendo a sua presença que muito nos honra.

Uma saudação também para os representantes de outras Colectividades aqui presentes, e naturalmente, todos os nossos associados que connosco vivem esta comemoração dos 91 anos de vida da nossa Colectividade.

São 91 anos que naturalmente são uma mescla de factos e acontecimentos bons e de factos menos bons que naturalmente se desenvolvem em tão longo espaço de tempo mas que sempre foram rodeados de uma forma que só o empenho e a dedicação dos nossos associados e dirigentes foi capaz de vencer e que assim não deixam de nos proporcionar mais umas paginas da nossa história.

Apesar de sabemos que não é fácil ser dirigente associativo, também sabemos que é muito gratificante assistir ao desenrolar das variadas actividades que as Colectividades oferecem aos jovens e menos jovens, proporcionando-lhes assim a possibilidade e a alternativa de ocupação dos seus tempos livres, contornando com isso as mais variadas e por vezes duvidosas solicitações que hoje lhes são apresentadas.

O futuro passa também por semear o espírito associativo nos jovens e crianças que participam nas várias actividades culturais, desportivas, recreativas e sociais, promovidas pelas Colectividades, o que exige por vezes mudança de mentalidade e postura que conduza a uma maior compreensão e abertura por parte dos dirigentes associativos.

Por isso permitam-me sublinhar um facto que se vai notando com agrado que é o aumento da presença de mulheres a participar na vida associativa e até ocupando lugares de dirigentes.

Ainda bem que esses tempos mudaram e por isso muitos e variados casos de gestão associativa no feminino vão aparecendo, com grande sucesso, pelo que será importante cada vez mais abrir as portas do dirigismo associativo às mulheres.

Ao aceitarem essa situação os homens não perdem qualquer privilégio e passam sim a ter a oportunidade de apreciar que a presença, participação e a criatividade das mulheres proporcionam um ambiente de mais harmonia e simpatia que muito pode valorizar as Colectividades, trabalhando em conjunto.

Como vem acontecendo há cerca de 30 anos nesta Colectividade.

Assim aproveito para saudar todos os Corpos Gerentes que nos antecederam e que muito trabalharam em prol da Colectividade, com uma menção muito especial a todos os que comigo participam neste ano de mandato e que juntos nos esforçamos por manter a Colectividade na linha de conduta que nos foi legada pelos fundadores há 91 anos.

A Associação Recreativa de Canelas continua activa respeitando os seus princípios e com os objectivos culturais e sociais, proporcionando um grande cuidado e muito carinho a todas as actividades.

São cerca de uma centena alunos/praticantes, jovens e menos jovens, que aqui se movimentam e a quem, nesta data festiva e sem qualquer distinção, aproveito para aqui deixar uma saudação muito especial a todos eles, aos seus Professores/Monitores, Pais, Encarregados de educação, que pela sua dedicação e empenho, nos ajudam a consolidar os objectivos da valorização da nossa Colectividade.

Mas, como se costuma dizer, nem tudo são rosas para a Colectividade aqui deixamos um pedido e porque não um apelo a todos os nossos associados para que com o seu apoio e compreensão, juntos consigamos manter o respeito e a dignidade com que a Associação Recreativa de Canelas nasceu e cresceu, proporcionando-lhe a continuidade digna que ela merece.

Todos sabemos que temos dentro desta casa, quantidade e qualidade humana capaz de o fazer e por isso sempre serão bem-vindas todas as sugestões e até criticas desde que construtivas e vocacionadas para o bem da Colectividade.

Continuamos igualmente com esperança de, conforme nos foi prometido, ver finalizado o pavilhão para que nos permita desenvolver a sua utilização, fomentando a prática desportiva.

Vamos continuar a procurar formas que nos ajudem a concretizar estes anseios que são necessidades algumas delas urgentes e muito embora reconhecendo as dificuldades económicas com que as autarquias se debatem, aproveitamos a oportunidade para lhes fazer sentir, na pessoa do representante do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Arménio Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Canelas que o lugar da Rechousa e a Vila de Canelas não podem permitir a perda de uma Colectividade com um espaço, uma actividade e um passado como a Associação Recreativa de Canelas. Reconhecemos que ambas nos têm oferecido o apoio que as suas possibilidades lhes permitem.

Uma palavra também de agradecimento para a Federação das Colectividades de Gaia, na pessoa do seu Presidente Sr. Cesar Oliveira pela disponibilidade e apoio demonstrados sempre que por nós é solicitado, tanto a nível pessoal como da Federação.

Por fim para os nossos associados que pacientemente e com todo o espirito associativo nos vão acompanhando e auxiliando nesta já longa caminhada em prol do Movimento Associativo.

A todos queremos reafirmar o que já temos manifestado, que estamos sempre disponíveis para apoiar e colaborar, como já vem sendo habitual, com todos aqueles que assim o desejarem seja pela Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Federação das Colectividades, Confederação das Coletividades, Escolas ou outras organizações, na realização das suas actividades.

Edmundo Coutinho
Presidente da Direcção.

:: FEIRA DO LIVRO E DAS ARTES **NA MARINHA GRANDE**

A convite da Junta de Freguesia da Marinha Grande e da sua Presidente Isabel Freitas, a ACAMG e a CPCCRD estiveram presentes no passado dia 6 de Outubro na Feira do Livro e da Artes da Marinha Grande, que decorreu de 4 a 7 de Outubro.

A nossa presença associativa compôs-se de um Stand disponibilizado pela JFMG para a ACAMG expor as diversas publicações da CPCCRD e no dia 6 decorreu, no respectivo auditório, uma sessão de apresentação do livro LIDERANÇA COMUNITÁRIA a cargo da DAV Deolinda Nunes e foram abordadas outras publicações a cargo dos DAVs Artur Martins e Sérgio Pratas.

Esta acção foi integrada no âmbito do Projecto Capacitação 2019/2020, POISE 288, contemplou um interessante debate entre dirigentes associativos presentes.

O dia na Marinha Grande foi completado com o convite aos DAVs presentes a visitarem duas fábricas ligadas aos sectores tradicionais da Marinha Grande; Vidroexpot e VL Moldes, tendo sido recebidos respectivamente pelo colaborador Aires Rodrigues e pelo Director Paulo Cardoso, também eles dirigentes associativos.

O colectivo da CPCCRD agradece a todos os intervenientes o dia que lhes foi proporcionado.

Veladimiro Matos

HÁ 20 ANOS APROVADA A PRIMEIRA LEI DO VOLUNTARIADO. **ESTÁ NA HORA DE A REVER**

A Lei nº. 71/98, de 3 de Novembro teve o mérito extraordinário de reconhecer o trabalho voluntário, realidade antiquíssima na sociedade portuguesa, e prever medidas tendentes à sua promoção. Mas ficou marcada por resvalar para a consideração do trabalho voluntário como análogo ao trabalho por conta de outrem e não desencadeou nenhuma dinâmica forte em ordem a três objetivos fundamentais: o conhecimento do voluntariado existente; o seu contributo para a humanização das diferentes instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos; e a resposta gradual às inúmeras necessidades de trabalho voluntário, não só no domínio social.

Passados vinte anos sobre a publicação da Lei, devemos reconhecer que ela não impediu o desenvolvimento do trabalho voluntário, mas devemos também afirmar que poderia ter sido muito mais favorável se tivesse correspondido melhor à realidade então existente e se tivesse esboçado uma estratégia de desenvolvimento mais abrangente e mais humanizante. Os problemas da violência familiar, suicídio, pobreza envergonhada, deficiência profunda e doença mental abandonadas, miséria e abandono extremos, isolamento e solidão, mendicidade, sem abrigo, cuidado ambiental, sudesenvolvimento local... estariam verdadeiramente assumidos pela sociedade civil e pelo Estado se o voluntariado, inerente às relações de proximidade, fosse efetivamente reconhecido e promovido; melhor ainda o estariam, através da articulação cooperante entre os grupos deste voluntariado e os serviços locais das instituições particulares, das autarquias, da segurança social, da segurança pública, do sistema educativo... Em vez disso, tais problemas continuam a ser subestimados, ignorados e atirados, como factos raros ou estranhos, para o rol das notícias chocantes. A longa história deste submundo, sobranceiramente abandonada pelo Estado e pelos diferentes governos, não deixa de nos interpelar em cada dia, por mais que a marginalizemos.

A prática séria do voluntariado é uma opção lúcida pela cidadania verdadeira e uma oportunidade objetiva de dar expressão à democracia participativa. A sua organização e representação é da exclusiva responsabilidade da sociedade civil, através das organizações representativas do setor. Ao Estado compete apenas e só proporcionar condições justas para a efetivação do voluntariado e nunca para o tutelar. A próxima revisão da lei, que urge, deve deixar esta relação bem explicitada.

Pela Confederação Portuguesa do Voluntariado
Eugénio José da Cruz Fonseca
Presidente da Direção

FÓRUM NACIONAL DO ÁLCOOL E SAÚDE

A CPCCRD continua a trabalhar em conjunto com o Fórum Nacional do Álcool e Saúde.

Desde logo o último Conselho Nacional já contou com a presença e a participação ativa do Diretor deste Fórum Dr. Raúl de Melo.

Após isso a Direcção Executiva da CPCCRD já se disponibilizou para pertencer aos grupos de trabalho que se vão dedicar a estudar os critérios de aplicação de um prémio FNAS, que procura reconhecer e premiar as instituições com melhores práticas nesta área com tanta importância para a saúde dos nossos filiados e para o seu bem-estar, das suas famílias, e das comunidades.

Entre o FNAS e a CPCCRD também está em elaboração um manual que pretende servir de guia aos dirigentes e concessionários dos bares, e foi desenhada uma campanha de comunicação que se desenvolverá faseadamente e que abordará diversos temas ligados a esta problemática.

O trabalho conjunto entre a CPCCRD e este organismo de saúde oficial poderá contribuir, assim o esperamos, para resolver alguns problemas relacionados com o álcool nas associações filiadas na CPCCRD e principalmente melhorar a saúde das pessoas por ele afetados e dos seus familiares.

ORÇAMENTO DE ESTADO 2019
GOVERNO NÃO CONSIDERA AS NOSSAS PROPOSTAS

À semelhança do que tem feito nos anos anteriores, a Confederação apresentou em tempo útil e devidamente fundamentadas várias propostas ao Governo para que este as pudesse contemplar na Proposta de Orçamento de Estado (POE) a apresentar à Assembleia da República (AR). Logo que a POE foi apresentada na AR (15 Outubro) vimos que as nossas propostas não tinham sido consideradas pelo Governo.

Tomámos a iniciativa de as reapresentar mas, desta vez, a todos os Grupos Parlamentares da AR para que estes as apresentassem e defendessem em sede de discussão na especialidade. Até ao encerramento da discussão e votação final global (29 Novembro), apenas o PCP tinha apresentado duas das nossas propostas: verba dedicada à Salvaguarda dos Arquivos Associativos e isenção de IRC até ao valor de 30.000€ dos saldos das actividades associativas não estatutárias. (Actualmente é de 7.500€).

Durante o debate na especialidade fomos alertados para a possibilidade do IVA nos espectáculos ser de 13% ou 23% o que nos levou a colocar a necessidade de aclaração deste assunto à Ministra da Cultura e Grupos Parlamentares da AR.

Não obtivemos qualquer resposta, mas tudo faremos para que as actividades de espectáculos associativos em recintos cobertos ou ar livre sejam isentas de IVA, ou, no limite, paguem 6% mesmo para as colectividades que não estejam registadas como "Promotores de espectáculos", como vem sendo exigido pela IGAC. Este assunto está em discussão entre a Confederação e a própria IGAC.

OURO PARA OS SPECIAL OLYMPICS PORTUGAL
NAS MODALIDADES DE FUTEBOL 5 E PETANCA

"A delegação portuguesa dos Special Olympics conquistou a medalha de ouro nas modalidades de Futebol 5 e Petanca nos passados jogos realizados conjuntamente entre Andorra la Vella no Principado de Andorra e La Seu d'Urgell em Espanha.

Concluiu no passado domingo os jogos Special Olympics Andorra-La Seu d'Urgell com a cerimónia de encerramento na presença dos desportistas, voluntarios, autoridades e família Special Olympics.

Os jogos da inclusão contaram nesta edição com a participação de Portugal nas modalidades de Petanca e Futebol 5.

A Delegação portuguesa estava formada por três desportistas (João, Rafael e Paulo) na modalidade de Petanca e onze desportistas (Samuel, Nuno, Ricardo, Simão, Gonçalo, Steve, Paulo, José e João) na modalidade de Futebol.

A restante delagação esteve composta por Luís Castaínça, delegado, João Neto e Eduardo Martins, treinadores e Margarida Castro, enfermeira.

No que se refere ao terreno extra-desportivo, a delegação passeou pela capital do Principado e na noite de sexta-feira foi recebida na Sede do Grupo de Folclore 'Casa de Portugal' que organizou uma receção aos campeões lusitanos.

Desde a chegada a Andorra até à cerimónia de encerramento, a delegação portuguesa esteve em todo o momento acompanada pelos voluntarios dos jogos Vania Magalhães, Diego Queiruga e José Luis Carvalho que enalteceram a competitividade, humildade e empatia da delegação portuguesa nestes jogos."

José Luis Carvalho
Andorra

PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

João Carriço
Federação Portuguesa de Folclore

Considera-se Património Cultural Imaterial os usos, costumes, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu património cultural. Este património cultural imaterial que se transmite de geração em geração, é recreado constantemente pelas comunidades e grupos em função do seu meio, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.
Adota-se, portanto, esta definição em que o Património Cultural Imaterial é toda a manifestação cultural viva associada a significados coletivos compartidos e com raízes numa comunidade. Por constituir criações específicas estas formas de fazer, junto com suas normas de organização e seus códigos, são valorizadas na comunidade que as celebra. Daí que se considerem Património Cultural de grupos, de comunidades ou de áreas culturais porque, além de constituírem parte da memória da comunidade de origem, são fruto da vocação coletiva por mantê-las vivas e reconhecidas como parte integrante do próprio Património Cultural. É Património Cultural porque é transmitido e recriado e existe consenso coletivo para ensiná-lo e experimentá-lo no presente e para que tenha continuidade no futuro, Além de que, no Património Cultural Imaterial pode permanecer viva, por sua vez, uma experiência estética na que intervenham referências sensoriais: auditivas, visuais, detetáveis, odoríficas e gustativas.

O Património Cultural Imaterial está interiorizado nos indivíduos e comunidades, como parte da sua identidade

A característica mais destacada do PCI que o diferencia de todos os demais tipos de Património é que está interiorizado nos indivíduos e em grupos humanos através de complexas aprendizagens e experiências, vividas ao longo do tempo.
É um património inerente à comunidade e como consciência pode considerar-se a génese de um povo. A reposição em cena de celebrações ou de manifestações coletivas, por meio de formas de interpretação simuladas, no momento em que se separam dos sentimentos interiorizados, tais como laços de identidade e de emoções derivadas, não podem considerar-se Património Imaterial, ainda que sejam muito espetaculares do ponto de vista visual.

Excerto da nota de análise dos resultados
II Congreso Nacional de Salvaguardia del PCI
Unidos por un fim común
10-12 noviembre 2017, Centro Cultural Garcia Lorca - Granada

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

VOTO DE PESAR

Perante o inesperado falecimento de Carlos Alberto Rosado, a Direcção Nacional da CPCCRD reunida na sua 1ª reunião ordinária de 5 de Janeiro de 2019, decidiu manifestar o seu mais profundo pesar pela perda deste destacadíssimo dirigente, juntando-se aos muitos Dirigentes e activistas do movimento associativo, bem como amigos e população em geral.

Perante esta perda e o que ela significa para a sua família, para o Movimento Associativo Popular e para sua colectividade a Incrível Almadense em particular, não poderíamos deixar de lembrar, em síntese, quem foi Carlos Alberto Rosado.

Por ocasião das celebrações do Dia Nacional das Colectividades de 2016 em Loures, a CPCCRD reconheceu o valor enorme do Homem e do Dirigente Associativo que foi Carlos Alberto Rosado atribuindo-lhe nessa ocasião o mais alto Galardão de Instrução e Arte tendo nessa altura recordado o seu percurso impar no associativismo.

Ainda em 1957 foi cofundador dos Grupos Cénicos de Almada e do Grupo Coral Sta. Cecília.

Fez parte com Zeca Afonso da Comissão Cultural de Almada.

Fundou o Clube Desportivo da Movauto.

Desde 1968 que integrou em vários cargos, incluindo Presidente, a Direcção da Incrível Almadense.

Em 1973 participou nas tentativas de estruturação do Movimento Associativo no Distrito de Setúbal (Palmela e Almada).

Foi membro da Comissão Administrativa Democrática da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e de todo o processo que conduziu às primeiras eleições democráticas pós 25 de Abril, devolvendo a Federação ao Movimento Associativo.

Teve um papel destacado na organização e realização dos Congressos de Almada em 1993 e 2001 em Loures.

Esteve na fundação da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal e da Associação das Colectividades do Concelho de Almada da qual era, actualmente, Presidente da Assembleia Geral.

Actualmente e apesar da sua avançada idade Carlos Alerto Rosado foi eleito há poucos dias como Presidente da Assembleia Geral da Incrível Almadense tendo inclusive frequentado as suas instalações no próprio dia em que faleceu.

Ao Homem e ao Dirigente desta enorme envergadura que via no associativismo uma forma de intervenção cívica e social, apostando nas novas gerações e transmitindo confiança para o futuro, só podemos dizer: Obrigado!

À sua família a Direcção Nacional da CPCCRD endereça os seus mais profundos pêsames enviando um abraço pleno de solidariedade associativa.

Lisboa, 5 Janeiro 2019
A Direcção

DIREITOS E DEVERES ESTATUTÁRIOS

QUOTA 2019 JÁ A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes.

Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

- Transferência bancária via Montepio Geral
  IBAN-PT50003601859910000106370
- Pagamento Multibanco para o Montepio
  NIB-003601859910000106379

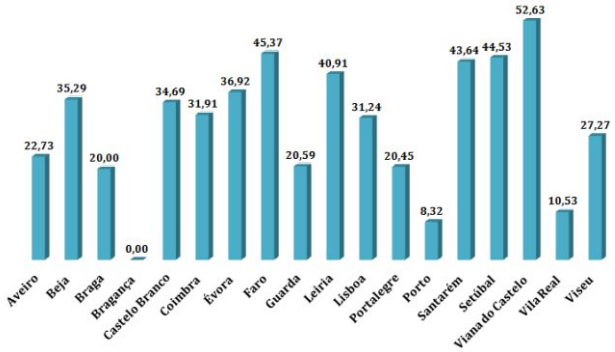
Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do nº da mesma para o email geral@cpccrd.pt .

Nota: Para eleger ou ser eleito no Congresso de 30 de Março, deve ter a Quota de 2018 liquidada.

PERCENTAGEM DE QUOTAS PAGAS

POR DISTRITO E REGIÃO

(31 de Dezembro de 2018)



/// NOVAS ASSOCIADAS APROVADAS

N.º	NOME	LOCAL
4008	ASSOCIAÇÃO DRAGÕES DA TAP	LISBOA
4009	RANCHO FOLCLÓRICO ETNOGRÁFICO E INFANTIL DA CARREGUEIRA	CHAMUSCA
4010	COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	SANTAREM
4011	DUNA - ASSOCIAÇÃO DE ECO CONSCIÊNCIA	ESPOSENDE
4012	SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E DOIS	PENICHE
4013	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE VALE DA SRA DA PÓVOA	PENAMACOR
4014	CASA DO POVO DE APÚLIA	ESPOSENDE
4015	LAGOA ACADÉMICO CLUBE	LAGOA
4016	GRUPO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA RIO AZUL	SETUBAL
4017	PÉDEXUMBO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE MÚSICA E DANÇA	EVORA
4018	GRUPO DESPORTIVO CORRER D `ÁGUA	SEIXAL
4019	FPL-FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE LOHAN TAO	CALDAS DA RAINHA
4020	SOCIEDADE DE RECREIO E EDUCATIVA DA ROMEIRA	SANTAREM
4021	DRAGÕES FANTASTICOS FUTSAL CLUBE	LISBOA
4022	KEMEDO TEAM ASSOCIAÇÃO DESPORTOS EM NATUREZA	VALONGO
4023	POLDRAS - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE DESTRIZ	OLIVEIRA DE FRADES
4024	GRUPO AMIGOS MOTARDS - OS FORA DA LEI VAQUEIROS	SANTAREM
4025	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA MALTA DO VISO	FIGUEIRA DA FOZ
4026	ASSOCIAÇÃO VIVER CAMPOLIDE	LISBOA

FOLHA INFORMATIVA: Propriedade CPCCRD - Rua da Palma, 248 · 1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 · 218 822 731 · 916 841 315 · 916 537 101 | Fax: 218 882 866
• e-mail: geral@cpccrd.pt • facebook.com/confederacao.colectividades • www.confederacaoportuguesacolectividades.blogspot.com •
www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.